

ANAI-BA
Rua Santa Isabel 4-térreo, Salvador - BA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Data / /

Cod. PAD00074

O Museu Aberto do Descobrimento no sul da Bahia:
Um Museu e um Negócio de Quem, para Quem e em benefício de Quem?

Há algum tempo já, há um certo mistério no ar: materializado em um livro caríssimo, belo e muito bem cuidado, e, desde abril, também em um decreto do governo federal, divulgado pelo próprio presidente da República e executado pelo Ministério de Cultura (decreto 1775/96). Existe um grande projeto de preservação de meio ambiente e de ocupação ordenado de uma área enorme do Sul da Bahia com, além do mais, uma série de diferentes museus que celebram o chamado Descobrimento do Brasil (tombando 1,2 mil km²). Todo esse projeto pretende manter uma frente, portanto, de atender aos anseios de preservação da natureza, de rememorar a origem do país e dos diferentes povos que participaram de sua história, além de garantir uma intervenção e ordenação da ocupação de todo o espaço habitado utilizado pelas populações moradoras na região. De quebra, promoveria o turismo cultural e ecológico, estimulando a economia e o progresso de todos. Ou seja, um projeto tão lindo quanto a beleza dos poucos restos da Mata Atlântica que ajudaria a preservar: uma bela Mata, um belo Museu e belos Moradores. Pensando em termos da ocupação indígena nessa região, de Coroa Vermelha ao Norte, até ao Sul de Barra Velha (seis áreas e uns três mil índios), quase todas as terras indígenas se incluem dentro do planejamento geral a que foi dado o nome de Museu Aberto, por englobar todos estes aspectos da ocupação humana e por procurar regularizá-los de modo mais racional.

Aparentemente, o Museu Aberto do Descobrimento não é um museu como a gente tende a pensar que são os museus à moda antiga, preocupada somente em conservar coisas velhas expostas em vitrines dentro de prédios feitos exatamente para este fim. Será, como afirma o livro, um novo Museu que promete beleza, ordem e informação, tanto ao ar livre, quanto nos seus museus fechados e dedicados a assuntos históricos específicos? Mas uma região que se transforma numa enorme Vitrine -- porque regula todos os aspectos da vida dentro dela -- pode de fato realizar estas promessas, todas, à primeira vista, obedecendo ao "politicamente correto"? Para isso precisamos saber quem determina esta ordem, quem organiza esta informação e quem vai desfrutar desta beleza. Sem esquecer o lado econômico, afinal, quem vai pagar a conta, e quem vai ter o lucro!

Vamos por partes. Quem está promovendo a idéia de um Museu Aberto é uma organização chamada Fundação Quadrilátero. Cabe tudo dentro de quatro laterais, portanto. Mas, as laterais abrangem uma área de terra muito grande e isto é curioso, porque a Fundação aparece como uma ONG (na medida em que não é estatal), uma organização com poderes limitados, não obstante uma proposta deste tipo de Museu interferir de modo generalizado na vida das populações. A proposta inclui toda uma organização e planejamento de espaço que é atribuição do Estado, ao nível municipal, estadual e federal. Ora, no nível federal o Ministério de Cultura se encarregou da elaboração e execução do projeto, e o presidente da República foi lá, a Porto Seguro, com o senador mais poderoso da Bahia, para lançar oficialmente na região o Museu (conhecido como MADE). Não se sabe bem como, mas o fato é que esta Fundação assegurou-se, como demonstrado neste evento, um apoio político do mais alto nível. Note-se bem: o presidente assinou o decreto e o Ministério de Cultura assumiu a condução do projeto. Isto é muito estranho, porque não existe qualquer outra ONG no país que tenha, nem de longe, tamanho poder de penetração e força política junto ao governo federal.

Não está claro de onde a Fundação conseguiu tanto poder de convencimento junto ao governo federal, a ponto de este bancar o MADE. A Fundação em si, sabe-se com algum grau de certeza, parece constituir-se de poucas pessoas, agregando algumas pessoas que têm interesses econômicos na região, e outras por razões, aparentemente, de menos direta ordem material. De qualquer modo, aí dois aspectos se destacam: o dos que têm interesses, especialmente fundiários, na região, e o de que congrega poucas pessoas. Neste sentido, já é uma suposta ONG que trabalha em proveito próprio, em flagrante contradição com a idéia costumeira e a situação

normal de que uma ONG trabalha em benefício de outros. No caso dos índios, por exemplo, esta Anai-Bahia, e o Cimi de Eunapolis, não têm o menor interesse pessoal e econômico na região: têm somente por meta apoiar a luta dos índios por uma vida melhor. E mais, uma Fundação com poucas pessoas é uma organização que não pode ter nenhuma representatividade para falar ou agir em nome de toda uma população dessa grande região, regionais não índios e muito menos dos índios; ou como que se traduzisse um anseio do povo brasileiro em geral para comemorar a região que considera simbolicamente como seu ponto de origem; ou, ainda, mesmo que não pretenda ser uma porta-voz, projetar e planejar a vida de toda uma população que nunca foi chamada a opinar, ou, se o foi, nunca o foi suficientemente e com a abrangência e poder de decisão que no caso se impõem.

Esta Fundação de poucas pessoas, e de tanta visão do que seria bom para todos aquelas populações, consegue se articular de forma também muito curioso com certos outros setores da sociedade nacional. Para expor sua visão e fazer um marketing visualmente maravilhoso do seu projeto do MADE, produz um livro caríssimo de alta qualidade gráfica de texto e fotografias. Para quem não ganha o livro, ele custa uma pequena fortuna; mesmo quando em nova edição em brochura e não em capa dura, tem ainda preço muito salgado. Mais importante, no entanto, é o fato de que o livro de fato serve de luxuoso material de propaganda, com a colaboração em artigos de vários artistas famosos. Estes, mesmo quando escrevem sobre assuntos somente relacionadas à região ou à sua história, dão apoio a uma idéia geral do MADE. Mais ainda, esta edição nunca poderá ser paga pela vendagem, e foi custeada pela FIESP, poderosa organização do capitalismo paulista. A FIESP, com todo respeito, não é conhecida por ser uma organização em primeira instância filantrópica. Apesar de que organizações deste tipo às vezes apoiam iniciativas sociais ou "culturais", é de se desconfiar que este caso não seja de puro altruísmo.

De todo modo, o que se sabe é que a confecção do livro consumiu dezenas de milhares de reais. Só para redirecionar um satélite para fotografar a região em sua totalidade se gastam milhares de reais. Transformada em poster, esta foto pode ser vista no cartaz de propaganda, uma imagem bela mas que não deixa de ser simbólica de todo o empreendimento, porque, de longe é bonita e até belíssima, englobando tudo e todos de uma altura bem acima do chão, embora se veja muita coisa com nitidez. Ou seja, natureza e construções grandes são visíveis, a povoação das pessoas do lugar é pequena demais para aparecer. Some o povo, fica o vazio a ser planejado. Visão panorâmica por demais conhecida por quem conhece megaprojetos governamentais, como para o "vazio" da Amazônia de triste memória, para índios e população regional. De fato, às vezes, o projeto é apresentado como aplicável porque tratar-se-ia de uma região ainda bastante preservada de predação e ocupação humana desde a chegada de Cabral a esta costa. Argumento muito frágil, na realidade, e que abstrai da presença de significativa população de moradores durante todo esse tempo.

O lançamento de decreto em Porto Seguro não passou em branco, houve protestos contra o presidente e o senador. Naturalmente, estes atribuíram o protesto a alguns elementos agitadores ou aos contestadores de sempre, inclusive porque é do conhecimento comum que nenhum dos dois é dado a receber qualquer outra "manifestação do povo" que não seja de aclamação e adulação (o senador, segundo o jornal, afirmou que a finalidade da democracia "é o povo votar em FHC"). Entretanto, as vaias aconteceram e houve uma rejeição geral do Projeto. O povo rejeitou, na verdade, o Projeto em razão não de argumentos bem articulados, mas em função de um sentimento difuso mas claro de que, mais uma vez, todas as decisões e determinações vêm de cima. Está mais do que óbvio a natureza profundamente autoritária do projeto do MADE, e foi isto que causou o protesto. Na realidade, tão autoritário que ninguém se digna a verdadeiramente explicar qual é mesmo o teor do projeto do MADE!

O livro é um exemplo acabado. Os artigos são assinados, mas a parte que contém nada mais do que um esboço das instalações museológicas não o é, presumindo-se que seja da Fundação. Porém, quanto a pormenorizar o conteúdo dos diversos museus, nada encontramos de concreto. Pelo esboço simples oferecido não fica explícito qual é a concepção da história do Brasil que vai ser exposta: os povos indígenas entrarão como os primeiros donos da terra, como os habitantes originais que há milhares de anos já descobriram estas terras e aí viviam segundo suas próprias culturas, em

nada inferiores àquela cultura com que os portugueses chegaram cheios de certezas a respeito de sua superioridade sociocultural? A contribuição indígena e o massacre dos índios serão expostas sem este preconceito? O livro foi lançado em São Paulo e Lisboa em muito grande estilo, inclusive para convencer os portugueses a participar; e será que não haverá nele um eurocentrismo, um etnocentrismo português e brasileiro?

Tudo isso não está claro, mas é legítimo nosso temor que este viés etnocêntrico se manifeste. Se o conteúdo proposto for influenciado pelas idéias do articulador principal do MADE, ou pelo que delas se depreende do seu artigo no livro, realmente se implantaria uma visão histórica inaceitável (todo impregnada de um messianismo particular). Como nada disso está explícito; só resta apontar para a possibilidade, especialmente tendo em vista a articulação tão estreita verificada com os governos brasileiro e português. Os "500 anos" merecem um tratamento diferente da visão oficial até o momento prevalecente. Um respeito para com o conceito, recentemente cunhado de sócio-diversidade, raramente faz parte de comemorações oficiais e, quando faz, uma leitura mais detida costuma revelar traços de um discurso tenazmente discriminador e assimilacionista.

Mais do que isto, ainda: quais são mesmo os planos para a organização do espaço e os empreendimentos fora dos museus mais específicos? Neste sentido, reina uma quase absoluta falta de esclarecimento por parte da Fundação. A pessoa que toma mais a frente da Fundação foi chamado por prefeituras da região para explicar o impacto real que os planos teriam sobre a mesma: além dos museus, que monumentos se pensa contruir, e como a espécie de tombamento e reordenamento da habitação humana afetaria a vida dos moradores, e, ainda, que tipo de, e quantas, instalações turísticas se pretendem fazer? A região já se transformou consideravelmente pelo incremento do turismo, mas não está claro como se planeja a transformação geral e generalizada de toda ela em aparelho cultural, associado a um aumento incrivelmente maior, até onde se sabe, do turismo.

Ao que parece (ninguém se dignou a esclarecer para a população afetada) além do turismo já existente, haveria uma região limítrofe a Porto Seguro, em que o turismo seria dos mais caros. Uma pista é que uma grande revista nacional publicou, recentemente, um grande anúncio de página inteira, de venda de terras para lotes de construção de casas. Ora, pelo preço que se lhes pode supor, somente a elite nacional terá meios de participar desta espécie de loteamento. Não se sabe quem possui estas terras, e qual a relação disso com pessoas ligadas à Fundação. Cabe investigar este ponto, para sabermos quem vai se beneficiar com a valorização fundiária. E mais, se for este o padrão de ocupação de significativa faixa do MADE, estar-se-á então criando uma reserva de rico, uma preservação de natureza e, provavelmente, de uma população local "folclorizada" e "primitivizada", para o deleite de uma elite externa à região. E mais ainda, sendo o projeto geral desta reserva bancado pelo governo federal, quem vai pagar para os eleitos desfrutarem de suas delícias é a sociedade como um todo. Até prova contrária, com tudo muito bem explicado para a opinião pública, o MADE se apresenta como um projeto que se pretende seja pago por todos para o deleite de poucos.

Os "Quadriláteros" são íntimos do poder. Poder federal, mais particularmente. Tanto é assim, que o Estado da Bahia aprovou, recentemente, uma lei que lhe permite intervir, com desapropriações, na Coroa Vermelha. A pedido de informação e esclarecimento dos índios, CIMI e Anai-Bahia, o órgão estadual Codetur sediou uma reunião, no último dia 12 de agosto, em que, tendo em vista a geral falta de informação, forneceu alguns dados. Na verdade, poucos dados, mas esclarecedores sobre certos pontos. Os índios, sabiamente, se recusaram a discutir mais a fundo o esboço, e somente reiteraram a sua exigência, primordial, de demarcação da área indígena a que fazem jus. O que ficou claro é que tudo vinha de Brasília, e não se trata de um "Projeto" acabado, mas de uma espécie de anteprojeto acompanhado somente por uma "justificativa". Observe-se que a Bahia seria mero executor, e "Brasília" o centro de todo o planejamento. O Estado da Bahia, pensado a partir deste exemplo -- no caso, tratou-se somente do limite mais ao norte da área do MADE -- se engaja como braço meramente executor, e a lei aprovada deve ser encarada como tal. A lei, inclusive, causou celeuma pela reação da oposição na Assembleia baiana, e dos índios, que vieram especialmente à votação para protestar e esclarecer que a lei incidia em terra indígena, fora do alcance da jurisdição estadual. Nada disso

adiantou, e a aprovação atropelou uma negociação em curso, sendo simplesmente conseguida pela força da maioria daquela Casa sabidamente governista. Um braço executor, portanto, bem disciplinado em passar por cima de oposição aos seus atos.

Coroa Vermelha é uma terra indígena em vias de regularização pela Funai mas a lei estadual abrange a área toda, inclusive a dos índios. O esboço de projeto, apresentado aos índios, não atenta em nenhum momento para as especificidades da condição de índios e de seus direitos à terra indígena; e de modo semelhante a lei estadual não levou em conta o fato de estar em conflito com a lei maior quanto aos índios. Os índios entram sim, mas na condição de pessoas a serem remanejadas das suas atuais casas: na beira da área construir-se-ia um centro de artesanato, na forma de uma maloca (junto com mais algumas construções), que, de algum modo não muito claro, serviria também para a venda dos índios. Maloca, aliás, baseado em algum modelo de casa indígena que parece fundado em algum idéia, simplista, de um índio genérico. É justo temer que os índios entrem neste lugar de venda como subordinados a um esquema determinado pela Fundação, sem maior voz. Pelo menos é isso que se depreende com certeza do fato que se propõe remover todas suas casas, inclusive com o propósito de fornecê-lhes boas casas, para bem o interior da terra: longe das construções e fora da vista, numa espécie de vila de BNH para índios! Pelo jeito, os indígenas são apresentáveis apenas como produtores e vendedores de matéria exótica, com um teor de atração que confirme os estereótipos primitivistas, um índio com traços primitivos mas domesticados em seus impulsos selvagens. Isto é, subordinados.

Mais uma vez, a tirar do exemplo do esboço de projeto vindo de Brasília, talvez o projeto em geral também não esteja tão estruturado assim, sendo apenas uma constelação de idéias e noções não totalmente explicitadas e expressas em projetos bem definidos. Todavia, aquilo que se sabe desta constelação, e dos indícios que passamos em revista, permite concluir que a concepção básica, até este momento, tem sido autoritária, centralizada, potencialmente preconceituosa, reticente em prestar qualquer conta à sociedade apesar de estar propondo, com a sua intimidade com o poder, o uso de dinheiro público em benefício de uma elite rica externa, e turistas abastados, e, simultaneamente, alijando e subordinando as populações locais (mas imbricado com uns poucos interesses econômicos regionais). Há aparências bonitas, mas até agora somente conteúdos desastrosos, um "desenvolvimento" para poucos.

Para se impor no seu Quadrilátero, a Fundação se articulou até internacionalmente. Ela abreviou o nome de seu projeto com a sigla MADE. Curioso, porque Museu Aberto de Descobrimento não precisa da última vogal: qual a razão do último vocábulo contribuir com duas letras e os primeiros somente com a primeira? Talvez a Fundação seja tão internacional que quis evitar a sigla MAD, o que, em inglês, significa "zangado, doido". De fato, cabe à Fundação mostrar publicamente que não é MAD, a ponto de deixar a população afetada e a maior parte da opinião pública zangada.

Edwin Reesink (Presidente da Anai-Bahia, agosto de 1996).

ASSOC. NACIONAL DE APOIO AO INDIO DA BAHIA - ANAI/BA.
Rua St. Isabel N.º 4 Terreo - Pelourinho
Salvador - Ba. - CEP 40.025-110
Telefax 071 322-4320